

COOPERATIVISMO EDUCACIONAL

Um Programa Nacional de Cooperativas Escolares

Milton Cedraz *

A inadequação pedagógica do ensino público e a distância existente entre o que é transmitido e o que é a realidade exige, sugerem mudanças profundas no sistema de educação formal. A crise por sua vez, inviabiliza a presença das crianças de classe média, sobretudo, na escola particular. A cooperativa de ensino surge como dado de realidade. Associações de bairro, pais e professores viabilizam novo modelo de escola sem as deficiências da rede pública e longe da mercantilização da escola privada. Os cooperados por renda, profissão, espaço, etc, devem integrar um programa nacional apoiado pelo Governo e cujo modelo operacional é aqui apresentado.

1 - Considerações Preliminares

O sistema educacional poderá ser o carro chefe do conjunto de medidas que define o modelo de desenvolvimento econômico. Não se trata apenas de expandir-se a rede de escolas e de universidades, mas de proporcionar-se meios para treinamento de mão-de-obra, com vistas ao desenvolvimento tecnológico.

O ensino, mesmo de primeiro grau, deverá ser pragmático, isto é, dirigido para proporcionar sobrevivência e iniciativa individual, tal como na cultura européia, notadamente no meio rural, onde as pessoas são treinadas desde a tenra idade, para produzir com os meios que dispõem. Para segurar a mão-de-obra no meio rural é necessário que as pessoas saibam produzir bens e serviços, a partir de tecnologias que lhes são transferidas de pais para filhos ou por treinamento escolar.

No ensino brasileiro, especificamente

do Norte e Nordeste, há de se começar pelos monitores, pelos professores que estão, até o momento, sendo treinados para alfabetizar e transmitir conhecimentos humanistas. Não existe um currículo dirigido para coisas práticas, principalmente para incorporação de tecnologias, mesmo das mais rudimentares, seja para produção agrícola das mais incipientes, seja para artesanato e pequenos serviços industriais. Como resultado, prepara-se a mão de obra, em todos os níveis, principalmente na rede escolar, para conhecimentos gerais, sem a preocupação dos conhecimentos mínimos que poderiam representar a auto-sustentação do indivíduo. Os alunos são treinados de forma tal que não resta a eles, após a conclusão ou não dos cursos, estejam no campo, nas pequenas ou grandes cidades, senão procurar empregos sem especialização, via de regra no serviço público. Como resultado tem-se o inchaço das cidades e a favelização das metrópoles brasileiras.

Como decorrência da crise econômica e social do país, agudizada pela inflação e nefastos planos e choques heterodoxos, viu-se a população, e em particular a classe média, em dificuldades para pagar o ensino dos seus filhos face ao achatamento salarial e o crescimento desproporcional das mensalidades escolares. Como decorrência vem surgindo um movimento espontâneo para a criação de Cooperativas Escolares, pelos pais de alunos e mestres.

Com base na realidade já exposta, sugere-se portanto a instituição de um Programa de Cooperativas Escolares com abrangência nacional, o qual é objeto do presente documento.

2 - Concepção e Objetivos do Programa

O PRONACE deverá ter como objetivo não só estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura de vagas nas escolas privadas e públicas do país mas, principal-

* Milton Cedraz é engenheiro agrônomo e Presidente do Centro do Planejamento Municipal - C.P.M.

mente, proporcionar a elevação do nível de remuneração dos professores, bem como o fortalecimento do movimento cooperativo educacional possibilitando, como consequência, a redução da participação direta do Estado na gestão do ensino do primeiro e segundo grau. Dessa forma, seria criada uma nova alternativa entre o ensino público e o ensino privado com fins lucrativos, já que um e outro vem apresentando deficiência. O primeiro, pela ineficiência cada vez mais acentuada da gestão do sistema e o segundo, pelo crescimento desmensurado das mensalidades e pelas constantes greves ocorridas por divergências entre proprietários e mestres, com grandes prejuízos para os próprios alunos.

As cooperativas educacionais estão surgindo em diversas regiões do país, com modelos distintos e em faixas de rendas diversas. Contudo é na classe média onde o movimento vem ganhando corpo, com muito vigor, como uma reação natural à elevação dos valores das mensalidades escolares, extremamente desproporcionais ao aumento dos salários. É evidente que haverá muito o que aprender pelos próprios cooperados já que um modelo acaba do deste tipo de cooperativa ainda não foi testado. É previsível que após algum tempo de pioneirismo empírico que o modelo defina sua essência.

De qualquer forma, julga-se que três modelos básicos servirão para a composição de um Programa Nacional de Cooperativas Escolares. O primeiro seria de uma Cooperativa Educacional constituída em bairros ou cidades de baixa renda, pelas associações de bairros e ou de moradores. Esta cooperativa seria constituída como auxiliar ou substituta da escola pública, onde o funcionamento e manutenção desta não seja satisfatório e cuja manutenção, pelos usuários, pode ser reconhecida pelo estado de depredação dos móveis e equipamentos. O segundo seria de uma Cooperativa constituída pelos pais dos alunos, com ou sem participação dos professores, como cooperados, em bairros de conjuntos residenciais. É o terceiro podendo ser constituído apenas por professores ou por professores e pais de alunos ou somente por pais de alunos, principalmente daqueles de associações profissionais (Banco do Brasil, Petrobras, etc.) e ou por associação espontânea de cooperados oriundos da classe média.

É claro que o crescimento e fortalecimento destas cooperativas irá produzir grande impacto no sistema de escolas privadas, com fins lucrativos. Para que as cooperativas organizadas, naturalmente,



por faixa de renda, possam funcionar, torna-se necessário que se estabeleçam premissas para subsídios e financiamento governamentais. Esta alternativa é a Cooperativa Escolar, autogerida pelos interessados, isto é, pais e mestres.

No caso das Cooperativas de Cooperados de Baixa Renda a sua constituição por si só, já é difícil, contudo, elas deverão receber um tratamento especial, isto é, os órgãos municipais, estaduais ou federais lhes deveriam transferir os espaços físicos disponíveis mediante comodato ou convênio ou lhes forneceriam materiais de construção de baixo custo, a fundo perdido, e os cooperados, na forma de mutirão, executariam as obras. A operação e manutenção destas escolas deverão receber, também, subsídios na forma dos materiais didáticos necessários ou na forma de recursos financeiros. A Cooperativa deve responsabilizar-se apenas pela gestão das unidades escolares.

As Cooperativas Educacionais dos Cooperados de Conjuntos Habitacionais também deverão receber subsídios do setor público para a implantação das unidades escolares, tais como doação de terrenos e ou espaços físicos dos estados ou municípios, mediante comodato ou convênio e, na falta destes, financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção das unidades escolares, e para equipamentos.

Este financiamento seria pago pelos cooperados no prazo máximo de um ano, com recursos do próprio FGTS de cada cooperado, o qual no ato da filiação à Cooperativa autorizaria a realização da transação e cuja exigência básica seria estar cadastrado no FGTS.

O custo médio de uma mensalidade escolar do 1º grau em janeiro/92 situa-se entre US\$ 100,00 (cem dólares) a US\$ 150,00 (cento e cinquenta dólares) o que corresponde a US\$ 1,200,00 a US\$ 1,800,00 (um mil e duzentos a um mil e oitocentos dólares) a anuidade. Isto praticamente inviabiliza o uso da escola privada, para o segmento da classe média de conjuntos habitacionais, e até mesmo outros segmentos de classe de renda mais alta. A terceira categoria hipotética de Cooperativas Educacionais seria aquela cujos integrantes estivessem em faixa de renda mais alta. Mesmo esta categoria já vem organizando, espontaneamente, diversas Cooperativas nos centros populacionais de maior porte na Bahia.

Crê-se pois que tal movimento deverá ser estimulado, não só para ir-se de encontro às aspirações populares, configuradas na espontaneidade do movimento de proliferação dessas Cooperativas, como, principalmente, na expectativa de que estas organizações poderão propiciar um crescimento acelerado da oferta de vagas e uma acentuada melhora nos níveis de ensino, já que com uma substancial redução nos custos totais é possível remunerar-se mais adequadamente os professores e como tal proceder-se a uma seleção mais rigorosa.

3 - Modelo Operacional do Programa

O modelo operacional do Programa seria definido pelos Governos Federal, Estadual e Municipal com o concurso das Federações estaduais de Cooperativas escolares ou das Cooperativas Escolares,

onde não houver Federações.

O Governo Federal participaria com recursos próprios e/ou de agências internacionais de financiamento (BIRD, BID, KFW, etc) para subsidiar diretamente através dos estados e/ou municípios, ou através das Cooperativas Educacionais da população de baixa renda, a fundo perdido. A participação, nestes casos, seria através de destinações de terrenos ou imóveis, pelos municípios, estados ou Governo Federal, na forma de convênio ou de comodato, e com material de construção para as edificações, participando as cooperativas apenas com a mão-de-obra dos cooperados.

Estas receberiam ainda os móveis, utensílios e material didático, inteiramente subsidiados. Na maioria dos casos, seria fornecido também o corpo docente pelos Governos estaduais ou municipais. Pode-se prever que na maioria das vezes estas unidades escolares poderão substituir integralmente as escolas públicas, seguramente com melhor desempenho funcional e pedagógico e menor custo operacional.

As Cooperativas Educacionais, para as duas outras categorias já citadas, deveria ser proporcionado o financiamento da Caixa Econômica Federal, sendo que aquelas onde os cooperados fossem da faixa de renda inferior a, por exemplo, 15 salários mínimos, receberiam financiamento equivalente a 100% dos investimentos e ainda poderiam receber subsídios na forma de material didático e/ou equipamentos para laboratórios, oficinas, etc.

As Cooperativas Educacionais cujos cooperados possuam faixa de renda acima de 15 salários mínimos teriam financiamento de 80% dos investimentos, para a construção e equipamento das unidades escolares.

O pagamento destes financiamentos seria viabilizado a partir das subscrições das quotas efetivadas pelos cooperados. As Cooperativas negociariam diretamente com a Caixa Econômica Federal não só o financiamento, cujo pagamento seria efetuado com recursos oriundos das contas individuais do FGTS, de cada cooperado, dentro de limites pré-estabelecidos.

O prazo de carência para o financiamento seria de dois meses e o de amortização de oito meses, com juros de 1% acima de remuneração das contas do FGTS.

4 - Alternativas de Construções Escolares e de Financiamento das Unidades Escolares.

As Cooperativas deveriam optar, inicialmente, por unidades físicas já existentes que lhes seriam cedidas, em comodato, pelo poder público. Na inexistência destes imóveis, as Cooperativas, particularmente as do grupo 2 (conjuntos habitacionais) e do grupo 3 (de classes de renda mais elevadas), deveriam alugar imóveis adequados ou adaptados para tal fim. Na impossibilidade de uma coisa ou outra deveriam então decidir-se pela edificação das unidades escolares.

des escolares.

Em qualquer dos casos, as Cooperativas teriam que, como meta final, partir para construir as suas unidades escolares com projetos adequados às finalidades.

Assim é que se apresenta como uma das melhores alternativas já devidamente comprovadas, o uso de edificações pré-moldadas em argamassa armada, cujos projetos arquitetônicos já foram exaustivamente testados e comprovados pela sua eficácia e economia de manutenção.

O investimento das edificações deste modelo, sem o terreno e terraplanagem é hoje de US\$ 300,00 (trezentos dólares) por metro quadrado, incluindo-se pequena urbanização, reservatório de água e até as luminárias. Dessa forma, em uma unidade escolar para 800 (oitocentos) alunos, em dois turnos, seriam investidos aproximadamente US\$ 300.000,00 (trezentos mil dólares).

Estes financiamentos seriam rateados em quotas partes para cada cooperado e cada quota integralizada daria direito a matrícula de um aluno.

Considerando-se uma escola para cada oitocentos alunos, seriam necessárias portanto 800 (oitocentas) quotas parte no valor de US\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco dólares) para a construção das escolas e mais US\$ 25,00 (vinte e cinco dólares) para aquisição de móveis, equipamentos de oficinas e laboratórios, correspondendo, a preços de janeiro/92, a Cr\$480.000 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros), os quais seriam financiados



pela Caixa Econômica Federal, nas modalidades já sugeridas, para as cooperativas educacionais dos grupos dois e três.

5 - Investimentos Globais Estimados para o Programa

O valor global estimado para o Programa seria de US\$ 650,000,000,00 (seiscientos e quarenta milhões de dólares), correspondendo a Cr\$ 768,000,000,000,00 (setecentos e sessenta e oito bilhões de

6 - Considerações Sobre os Custos Operacionais do Sistema

O valor das mensalidades escolares do setor privado é resultado da junção de três componentes básicos. O primeiro é, como não poderia deixar de ser, aquele que remunera o capital da empresa, seja mobilizado em imóveis (terrenos e construções), ou em equipamentos, e o capital de giro. Estima-se que este componente monte a cerca de 50% dos custos, haja vista que, em geral, estes estabelecimentos

cional elimina da mensalidade escolar o primeiro e último componente citados, restando apenas o custo operacional, que, será o preço da mensalidade escolar. Estima-se que este situa-se no mínimo em 50% (cinquenta por cento) abaixo daqueles praticados hoje no mercado de escolas privadas, podendo, em alguns casos, atingir a 70% (setenta por cento), já que as cooperativas poderão receber subsídios e não pagarão uma série de impostos, inclusive imposto de renda.

As quotas parte das Cooperativas certamente criarão um ativo, devido de transferências pela natural movimentação



cruzeiros) a preços de pouco de 92, 60% (sessenta por cento) deste valor, ou seja Cr\$ 460 bilhões seriam aplicados a fundo perdido, e o restante financiado pela Caixa Econômica Federal, com retorno ao sistema financeiro, no prazo de um ano, a preços reais e juros de 12% (doze por cento) ao ano. Com estes instrumentos torna-se possível elevar em 1.600,000 (um milhão e seiscentos mil) o número de vagas nas escolas através de uma adição de 2.000 (duas mil) escolas, no prazo de três anos.

estão localizados em área cujo preço por metro quadrado é elevado. O segundo componente é o custo operacional propriamente dito, representado pelos salários e encargos dos administradores, professores e funcionários em geral, além de, evidentemente, água, energia, telefone, material escolar, material de escritório, transporte, alimentação, depreciação e manutenção dos imóveis e equipamentos e demais custos que acometem a qualquer empresa.

O terceiro e último componente é o lucro, natural a qualquer empreendimento lucrativo. O sistema de cooperativa educa-

cional elimina da mensalidade escolar o primeiro e último componente citados, seja pela conclusão dos cursos, seja pela mudança de pais de alunos para outros bairros ou para outras cidades. É possível e até previsível que, em inúmeros casos, as quotas parte venham a se valorizar substancialmente, como decorrência do êxito da gestão da escola, traduzido, naturalmente, pela qualidade do ensino, que lhe angariará prestígio. ■